

ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 09-10-2024.

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Giovani Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, Tiago Albrecht e Vitória Cabreira. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Karen Santos, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 005/24 (Processo nº 0570/24) e o Projeto de Lei do Legislativo nº 345/24 (Processo nº 0671/24), de autoria de Adeli Sell; os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 032 e 033/24 (Processos nºs 0518 e 0523/24) e o Projeto de Lei do Legislativo nº 257/24 (Processo nº 0519/24), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 318/24 (Processo nº 0627/24), de autoria de Cláudia Araújo; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 334, 335, 337 e 338/24 (Processos nºs 0652, 0656, 0660 e 0661/24, respectivamente), de autoria de Claudio Janta; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 339/24 (Processo nº 0662/24), de autoria de João Bosco Vaz. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Bosco Vaz, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período de Pauta. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/24; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 036/24; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 229, 276, 287, 290, 296, 304, 307, 319, 320, 322, 326, 327, 331 e 333/24; os Projetos de Resolução nºs 066, 070 e 071/24; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 379/22 e 268, 303, 315 e 328/24; e o Projeto de Resolução nº 072/24. Após, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jonas Reis, Claudio Janta, Pedro Ruas, Airto Ferronato, Psicóloga Tanise Sabino, Tiago Albrecht, Fernanda Barth, Conselheiro Marcelo, Aldacir Oliboni, Vitória Cabreira, Cláudia Araújo, Márcio Bins Ely, Idenir Cecchim e Hamilton Sossmeier. Na oportunidade, por solicitação de Conselheiro Marcelo e Márcio Bins Ely, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma, respectivamente, a José Francisco Alves e a André Paim. Foi apregoada Justificativa de Falta de Comandante Nádia, no dia vinte e três de setembro do corrente ano, às quatorze horas, devido a sua participação na Cerimônia de posse de juízas e juizes substitutos, no Tribunal de Justiça do Estado (SEI nº 025.00058/2024-14). Foi apregoada Justificativa de Falta de Ramiro Rosário, no dia

vinte e quatro de setembro do corrente ano, das nove horas às doze horas, devido a sua participação em reunião com o tema “Problemas e Soluções sobre a Educação”, promovida pela InovEducação, no Instituto Caldeira em Porto Alegre – RS (SEI nº 197.00082/2024-72). Foi apregoado o Ofício nº 2688/24, firmado pelo Prefeito, por meio do qual comunica estar em gozo de férias das quinze horas do dia dois até o dia seis de outubro do corrente ano. Foi apregoado Requerimento firmado por Biga Pereira, solicitando Licença-Luto do dia sete ao dia quatorze de outubro do corrente ano. Foi apregoada declaração firmada pela vereadora Biga Pereira, Líder da Bancada do PCdoB, informando o impedimento da suplente Coletivo Cuca Congo e do suplente Erick Dênil em exercerem a vereança, em substituição, no período. Foi informado que a suplente Vitória Cabreira foi empossada na vereança no dia oito de outubro do corrente ano, às nove horas e trinta minutos, em cerimônia realizada no Gabinete da Presidência, passando a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Às quinze horas e quarenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 090/24 (Processo nº 0655/24). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 355/22 (Processo nº 0706/22), por vinte e oito votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina, Tiago Albrecht e Vitória Cabreira. Foi registrada a intenção de Jonas Reis em ter votado favoravelmente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 355/22. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 028/24 (Processo nº 0586/24), após ser discutido por Jonas Reis, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Everton Gimenes, Karen Santos, Aldacir Oliboni, Roberto Robaina e Giovanni Culau e Coletivo. Foi apregoado Requerimento de autoria de Jonas Reis, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 028/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de Giovanni Culau e Coletivo, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 20 e 22 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 028/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de Tiago Albrecht, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 37 e 38 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 028/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de Vitória Cabreira, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 05 e 07 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 028/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de Everton Gimenes, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 31 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 028/24. Foi aprovado Requerimento de Cláudia Araújo, solicitando a formação de dois blocos de emendas, para votação em conjunto, sendo o Bloco nº 01, integrado pelas Emendas nºs 07 e 20 e o Bloco nº 02, integrado pelas Emendas nºs 05, 22,

31, 37 e 38, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 028/24. Foi rejeitado o Bloco nº 01, após ser encaminhado à votação por Idenir Cecchim, por dez votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Vitória Cabreira, e votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Bloco nº 02, após ser encaminhado à votação por Idenir Cecchim. Foi rejeitada a Emenda nº 01, destacada, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 028/24, por onze votos SIM e dezesseis votos NÃO, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Vitória Cabreira, e votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 028/24 e Emendas com parecer favorável da CEFOR e não destacadas – nºs 02, 03, 10, 34 e 36 – , após encaminhamentos à votação realizados por Pedro Ruas e Idenir Cecchim, por vinte e dois votos SIM e nove votos NÃO, em votação nominal determinada por José Freitas, presidindo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e votado Não Aldacir Oliboni, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Vitória Cabreira. Foi informado pela Diretoria Legislativa que as Emendas nºs 04, 06, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33 e 35, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 028/24, foram rejeitadas, em caráter terminativo, pela CEFOR e, por isso, não são apreciadas em Plenário. Foi registrada a intenção de Everton Gimenis em ter votado favoravelmente à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 028/24. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 270/22 (Processo nº 0541/22). Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 270/22. Foi constatada a inexistência de quórum durante a votação do Projeto de Lei do Legislativo nº 270/22, declarada nula, tendo votado Sim Airto Ferronato, João Bosco Vaz e votado Não Alvoni Medina, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Às dezesseis horas e quarenta e seis minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram

presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro e José Freitas. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde a todos.

Vereador João Bosco Vaz (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, sei que nós temos que votar a LDO, mas, como eu estou deixando a Câmara e eu tenho dois projetos que eu preciso aprovar, solicito a alteração na ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR
(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0544/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 276/24, de autoria da Verª Mônica Leal, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Amigos da Sagrada Família – ACASA. (SEI 038.00073/2024-50)

PROC. Nº 0630/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 320/24, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que institui o Selo de Excelência Ecovela. (SEI 161.00097/2024-66)

PROC. Nº 0634/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 322/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui §§ 2º e 3º no art. 28 da Lei nº 12.827, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a modernização da gestão e fiscalização de contratos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal, a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Município de Porto Alegre e dá outras providências, determinando o pagamento até o quinto dia útil de cada mês dos serviços prestados por terceiros que influenciem diretamente os trabalhos da Administração Direta e Indireta. (SEI 024.00242/2024-65)

PROC. Nº 0638/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 326/24, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que tomba como patrimônio histórico-cultural do Município de Porto

Alegre o imóvel localizado na Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado, nº 80, Bairro Rio Branco, sede do Instituto Porto Alegre – IPA. (SEI 207.00048/2024-69)

PROC. Nº 0639/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 327/24, de autoria da Verª Comandante Nádia, que proíbe a comercialização de joias e objetos em ouro sem comprovação de procedência no Município de Porto Alegre. (SEI 025.00056/2024-25)

PROC. Nº 0626/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 036/24, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que inclui art. 8º-B e altera o art. 72-A, ambos na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, vedando a utilização de cães de guarda desacompanhados de responsável devidamente habilitado em obras, pavilhões e terrenos, dentre outros, e sujeitando o infrator às sanções que especifica. (SEI 050.00083/2024-72)

PROC. Nº 0632/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 014/24, que dispensa a União, através do Exército Brasileiro, da destinação pública e de qualquer pagamento pela conversão ou recompra do desmembramento do imóvel localizado na Av. João Pessoa, 651, também com frente para a R. Luiz Afonso, 55, Bairro Cidade Baixa, registrado sob a transcrição 17.638/RI 1ª Zona. (SEI 118.00597/2024-41)

PROC. Nº 0474/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 229/24, de autoria do Ver. José Freitas, que cria regras para a divulgação de preços promocionais vinculados ao uso de aplicativos de fidelização nos postos revendedores de combustíveis automotivos no Município de Porto Alegre. (SEI 034.00257/2024-13)

PROC. Nº 0566/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 287/24, de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo, que institui o Censo Demográfico Integrado e Específico das pessoas com deficiência e de seus familiares no Município de Porto Alegre; e revoga as Leis nº 13.002, de 27 de janeiro de 2022, e nº 12.516, de 6 de fevereiro de 2019. (SEI 226.00104/2024-46)

PROC. Nº 0572/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 290/24, de autoria do Ver. Pablo Melo, que obriga os hospitais, as clínicas e os estabelecimentos semelhantes a instalarem câmeras de monitoramento nas salas onde são realizadas sessões clínicas para pessoas com deficiência no Município de Porto Alegre. (SEI 218.00044/2024-70)

PROC. Nº 0583/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 296/24, de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo, que institui o Sistema de Avisos e Alertas da Defesa Civil em Áreas de Risco de Enchentes e de Alagamentos no Município de Porto Alegre. (SEI 226.00111/2024-48)

PROC. Nº 0597/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 304/24, de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo, que institui o Programa de Treinamento e Qualificação (PCD+POA) no Município de Porto Alegre. (SEI 226.00115/2024-26)

PROC. Nº 0602/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 307/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que cria o Multicentro de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down. (SEI 024.00216/2024-37)

PROC. Nº 0629/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 319/24, de autoria do Ver. Adeli Sell, que inclui a efeméride Dia de Oyá Niqué no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 18 de setembro. (SEI 022.00247/2024-90)

PROC. Nº 0646/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 331/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia da Boemia no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 16 de setembro. (SEI 024.00249/2024-87)

PROC. Nº 0649/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 333/24, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que inclui a Semana Municipal do “Não Te Julgo, Te Ajudo” no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser realizada anualmente, na terceira semana do mês de setembro. (SEI 020.00111/2024-81)

PROC. Nº 0608/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 066/24, de autoria do Ver. Pablo Melo, que concede o Diploma Honra ao Mérito a Vinicius Jose Cunha da Silva. (SEI 218.00057/2024-49)

PROC. Nº 0618/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 070/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Ricardo Glavam. (SEI 138.00110/2024-19)

PROC. Nº 0625/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 071/24, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre aos senhores Arthur Pereira Filho e Nelson Pereira Filho. (SEI 032.00018/2024-65)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0752/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 379/22, de autoria do Ver. Leonel Radde, que declara de utilidade pública a Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul – Igualdade. (SEI 208.00025/2022-91)

PROC. Nº 0533/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 268/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que declara de utilidade pública o Centro Calabrese do Rio Grande do Sul – CECA/RS. (SEI 138.00083/2024-76)

PROC. Nº 0596/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 303/24, de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo, que institui o selo Empresa com Compromisso com a Inclusão no Município de Porto Alegre. (SEI 226.00114/2024-81)

PROC. Nº 0619/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 315/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Odilon D'Avila da Costa o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil Duzentos e Dois, localizado no Bairro Hípica. (SEI 165.00141/2024-34)

PROC. Nº 0641/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 328/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Japir de Freitas o logradouro público não cadastrado conhecido como Viela Nove – Cefer 1 –, localizado no Bairro Jardim Carvalho. (SEI 165.00145/2024-12)

PROC. Nº 0647/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 072/24, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Igreja Batista Brasa Zona Norte. (SEI 145.00069/2024-65)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, neste dia depois de encerrada a votação que trouxe para a Câmara novos vereadores, que elegeu uma quantidade expressiva de colegas também, eu quero falar aqui em nome do nosso partido, o partido dos trabalhadoras e dos trabalhadores, que se tornou o partido mais votado de Porto Alegre nesta legislatura. Queremos agradecer, falo

em nome do Ver. Gimenis, do Ver. Adeli, do Ver. Oliboni, porque essa luta coletiva na cidade trouxe para a Câmara um partido que tinha quatro vereadores e agora seremos cinco, uma federação que, juntos, terá sete parlamentares, representando os anseios pela cidadania, a luta por políticas públicas, um programa apresentado de forma conjunta com a candidatura majoritária que foi colocada no 2º turno, pelo voto popular. Queremos agradecer imensamente a todas e todos e brindar também aos colegas que ingressarão aqui e farão parte dessa luta coletiva em defesa de direitos, em defesa de uma cidade real para todas e todos. Queremos também lamentar profundamente – profundamente – uma cidade que está entregue às traças, com escândalos de corrupção. Como pode? Uma secretária de Educação foi presa, duas assessoras, um empresário, isso só na Educação; vamos para assistência social: um incêndio que até agora ninguém explicou, e 11 pessoas inocentes morreram – 11 pessoas morreram! Lá no DMAE, polícia investigando; apreenderam R\$ 140 mil reais na casa de um sujeito, armas foram apreendidas, investigação dos carros-pipa. E não é possível aceitar as obras que só se ampliam em aditivos. O Centro Histórico, cujas obras eles prometeram entregar, começou em R\$ 16 milhões de reais, já passou de R\$ 20 milhões. Como é que pode comer em R\$ 4 milhões de reais, gente? Para onde vai esse dinheiro? Hoje eu recebi um vídeo da Rua Dr. Flores, onde recém colocaram os paralelepípedos, uns tijolinhos de concreto, assim, coloridos. Um buraco, um buraco na pavimentação, mas como pode? Uma cidade abandonada! Eu quero também aqui dizer que essa cidade abandonada deu recado nas urnas; por isso que nós temos que ouvir sempre, fazer a leitura da realidade. E a leitura da realidade não é simples de se fazer. Eu quero dizer aqui que temos respeito enorme por muitos colegas que não se reelegeram; eu tenho respeito enorme por pessoas com quem convivemos por quatro anos. Não vamos tratar deste assunto aqui, mas eu quero dizer também que da urna surgem resultados esquisitos, pessoas que na internet são uma coisa, aí a gente vai ver a história, a pessoa não fez nada, mas fez um caminhão de votos; a pessoa não fez nada, absolutamente. Aí a gente vai olhando, vendo que essa coisa da internet também é perigosa, ela também é perigosa – fiquemos atentos. A gente falava lá, algumas pessoas – eu não –, mal do Xandão, mal do Supremo, que ia para cima dessa libertinagem nas redes sociais, com um caminhão de *fake news*. Eu vi muita *fake news* se espalhando durante quatro anos, e as *fake news*, infelizmente, trouxeram os resultados que estão aí.

Eu agradeço ao povo de Porto Alegre por ter reconhecido o Partido dos Trabalhadores como um partido lembrado nas urnas. Elegemos aqui a primeira mulher travesti, quero deixar um abraço, querida colega, Natasha, seja bem-vinda, que se faz presente no plenário. Isso é um marco histórico, e nós temos que brindar. Viva a democracia, viva a participação popular, viva o povo de Porto Alegre!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Colegas vereadores, vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara, da nossa Rádio

Câmara, nas plataformas digitais, bem como os que estão nas galerias, nós viemos aqui primeiro agradecer a todos os candidatos que o nosso partido teve nessa eleição, uma eleição que nós disputamos com conselheiros tutelares, com pessoas que já ocuparam os cargos de candidato a vereador, mas o povo fez a sua opção, o povo fez a opção dos extremos, e nós, por vivermos no pior dos melhores regimes que é a democracia, com certeza saímos daqui com a cabeça erguida, sendo os percursores do objetivo que nós temos, não vamos desistir de transformar a cidade de Porto Alegre na cidade da inclusão. Nós estamos novamente destinando a nossa emenda impositiva para o Centro de Referência do Transtorno Autista (19 a 34 anos), o Certa Mais, que já tem a área destinada pela Secretaria de Administração, homologada pela saúde, educação, e pelo prefeito Sebastião Melo, que vai se realizar lá na Av. Sertório. E, para seguir essas políticas públicas, de abrir os postos de saúde – lei de nossa autoria aqui nesta Casa, do nosso partido – até às 22 horas; seguir abrindo as farmácias distritais até às 22 horas – outra lei do nosso partido; seguir ampliando o videomonitoramento na cidade de Porto Alegre – outra lei que aprovamos nesta Casa; seguir implementando e ter, como determina a lei, até o ano que vem, todas as crianças do nosso Município na escola em tempo integral; ampliando o horário das creches. Nós vamos seguir onde fomos forçados, vamos seguir lutando para que essas políticas públicas sejam cumpridas. Só tem uma pessoa que tem esse compromisso, só tem uma pessoa que pode dar continuidade a essas políticas públicas: quem criou o Certa, que fica ali na Av. Bento Gonçalves, perto da igreja São Jorge; quem abriu os demais postos de saúde na cidade de Porto Alegre até às 22 horas; quem implementou a abertura das farmácias distritais; quem está colocando brinquedos adaptáveis nas creches e parques de Porto Alegre – outra lei de nossa autoria; quem botou a fiscalização do Município a cumprir a lei de fixação das goleiras em condomínios, parques e praças na cidade de Porto Alegre: o prefeito Sebastião Melo. É uma continuidade de projetos sociais, de projetos que integram a vida das pessoas.

Então nós temos convicção de que a cidade de Porto Alegre, que é conhecida como a cidade das crianças, a cidade de Porto Alegre que é a capital mundial do Orçamento Participativo, ela pode não ser somente referência, ela pode ser a capital da inclusão, a capital que acolha todas as crianças e famílias atípicas, que acolha o síndrome de Down, que acolha o esquizofrênico, que acolha as pessoas com deficiência motora; ser a capital da inclusão, com transporte acessível, com as faixas necessária para as pessoas andarem.

Então nós viemos aqui agradecer os votos que o nosso partido fez, a campanha bonita que foi feita pelos nossos candidatos. Nós, que tivemos recursos muito modestos, fizemos uma campanha com muito amor, muita dedicação, muito carinho, muita proposta, e andando nos bairros, nas vilas, nas praças, nos parques, para dizer que Porto Alegre não pode andar para trás; Porto Alegre tem que andar para frente, tem que avançar mais na inclusão, tem que avançar mais na entrega, para a população de Porto Alegre, de políticas públicas, como ampliação de mais postos de saúde até as 22 horas, como cumprir a lei para que no ano que vem todas as crianças estejam na escola em tempo integral e uma série de outras políticas públicas que nós aprovamos aqui nesta Casa.

Queremos agradecer a todos os pares. Não é um discurso de despedida, como disse a minha filha – a pureza das crianças, já diz o compositor –, o domingo agora teve duas notícias, uma ruim e uma boa; no conceito da minha filha, ruim é que eu vou ter que ficar aqui até dezembro, e a boa é que eu vou ter muito mais tempo com ela. E ontem foi um dia maravilhoso, eu passei o dia com a minha filha, fiz coisas que eu não fazia há muito tempo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores e público que nos dá a honra da presença e também pela TVCâmara. Eu quero dividir esse pronunciamento em duas partes. A primeira é uma homenagem especial que quero fazer a duas vereadoras que já conheciam a Câmara que agora foram eleitas, tornando-se titulares, que é a Ver.^a Atena Roveda do PSOL, e a Ver.^a Natasha Ferreira do PT. Eu quero dizer a vocês duas, companheiras, colegas, que a Câmara cresce muito com a presença de vocês, formam, junto com o Ver. Giovanni Culau, a bancada LGBT da Casa, mas vocês duas individualmente formam a primeira bancada trans da história da Câmara Municipal. Então que a Natasha Ferreira e a Atena Roveda recebam de nós do PSOL – falo em meu nome, em nome do Ver. Roberto Robaina, em nome da Ver.^a Karen Santos, em nome do Ver. Alex Fraga –, as boas-vindas, Natasha, sabendo que vocês farão, já fizeram com a eleição, farão mais ainda, história nesta Casa. Então transmita, por favor, vereadora, também à Atena Roveda os nossos parabéns, o nosso orgulho de vê-las aqui e a nossa convicção, e em minha no particular, de que vocês fazem e farão mais história ainda na Câmara Municipal, aqui da capital do Rio Grande do Sul. Parabéns.

O segundo tema, Presidente, e último, é me dirigir aos colegas, vereadoras e vereadores que por circunstâncias não foram reeleitos nos seus mandatos. Eu já tive isso também, já passei por isso. É uma situação, num primeiro momento, muito chata mesmo, mas eu quero homenageá-los, porque é uma luta árdua. Mais ou menos votos não fazem ninguém melhor ou pior do que ninguém. Uns votos a mais, uns votos a menos não mudam uma pessoa, uma personalidade. Eu quero, na pessoa daqueles que eventualmente não foram eleitos ou reeleitos, dedicar o meu abraço fraterno. É um momento bem difícil no início, mas isso passa; isso passa e a vida continua, e a vida não existe só dentro dos parlamentos, particularmente dentro desta Casa Legislativa, a vida está, dizia o próprio Janta agora há pouco, lá fora. A vida continua em todos sentidos. E eu sei que essas vereadoras e que esses vereadores, eu tomo a liberdade de homenageá-los nas pessoas do Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, e do meu colega Alex Fraga, da oposição. Serão sempre, João Ezequiel, considerados por nós como vereadores. E digo para Ver.^a Mônica Leal, para o Ver. Airto Ferronato: serão sempre vereadores, fizeram, fazem a história desta Casa. É um momento difícil? Sim. É delicado? Claro que é! Nós somos pessoas, somos seres humanos, temos emoções, mas saibam que esse é um primeiro momento que

passa. Eventualmente voltam ao mandato, eventualmente não, depende das suas vontades. Aqui concluo, Presidente, e repito: alguns votos a mais, alguns votos a menos não fazem ninguém melhor nem pior do que ninguém. Então recebam, meu caro Ver. Cassiá Carpes, a nossa homenagem neste momento. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Ilustre Presidente Mauro Pinheiro, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores; primeiramente eu quero agradecer ao Ver. Pedro Ruas pelas palavras que referiu aqui. Depois dessa longa caminhada de campanha política, tivemos o resultado das urnas agora no domingo. E eu estou aqui para cumprimentar os vereadores e as vereadoras reeleitos: sucesso aí na jornada. Trago um abraço fraterno àqueles que, como eu, não se reelegeram, e um abraço aos novos vereadores que vão assumir no dia 1º de janeiro. Foi uma caminhada, particularmente minha aqui na Câmara – e não é despedida, não, porque nós vamos voltar em breve –, de 35 anos, na qual se chegou, se voltou, votamos “sim” e “não”. Tivemos algumas críticas por votos, mas isso faz parte do nosso jogo. Quero cumprimentar o Bosco e o Alvoní, que não concorreram, e quero registrar o meu abraço fraterno, carinhoso, e um agradecimento de coração às mais de 3 mil pessoas que mais uma vez votaram em mim, que acreditaram no meu trabalho, acreditaram na dedicação e acreditaram na postura que aqui sempre dediquei com muito afinco, com amor àquilo que fiz e vou fazer até o final do ano. Tenham certeza que as coisas da vida não param. O mundo gira. E não digo nem sim, nem não, mas é possível ainda, algum dia, eu vir a concorrer. Eu ainda não sei, mas sei que estamos aí, sem desistir de ajudar a nossa querida e amada Porto Alegre, que me acolheu há mais de 50 anos, pelos inúmeros mandatos que me concedeu e pela belíssima oportunidade de estar aqui convivendo com todos vocês. Parabéns, Fernanda. Sucesso na caminhada de todos eleitos e não reeleitos. Estamos aí às ordens, obrigado e um abraço a todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde, quero saudar o nosso Presidente desta Casa, Mauro Pinheiro; saudar os demais colegas vereadores e o público que nos assiste. Estou aqui nesta tribuna hoje para expressar a minha mais profunda gratidão pelos 6.270 votos de confiança que nos levaram à nossa reeleição como vereadora em Porto Alegre. Esses votos representam não apenas o número, mas o reconhecimento de um trabalho que realizamos juntos ao longo desses quatro anos. A minha bandeira, o meu foco, o meu propósito aqui na Câmara de Vereadores sempre foi a saúde mental.

E o meu lema sempre foi saúde mental o ano todo. E isso reflete o nosso compromisso em atender os cidadãos dos quatro cantos da cidade de Porto Alegre. Tenho me esforçado para ajudar e auxiliar as pessoas, desde as questões mais simples do dia a dia até as mais complexas.

Agradeço em especial ao nosso prefeito Sebastião Melo, que sempre me ajudou, me apoiou em todos os nossos projetos, a começar pelos psicólogos que temos hoje já em escolas, 27 psicólogos; os Agentes de Educação Inclusiva, um cargo tão importante para as crianças especiais. E, agora, mais recentemente, estamos colocando também psicólogos e psiquiatras nas Unidades Básicas de Saúde, além de termos, é claro, o centro de autismo. Isso foi uma grande conquista deste governo em Porto Alegre, e tenho certeza que vamos avançar nessa política pública em prol das pessoas com autismo.

Quero também agradecer, de coração, a todos os meus irmãos e irmãs, os pastores da igreja evangélica Assembleia de Deus, que é a igreja à qual eu pertencço, mas não somente à minha igreja, a todos os pastores de outras igrejas evangélicas que estiveram conosco nesta caminhada, nos dando apoio e nos dando suporte. Também aproveito para manifestar o meu carinho à equipe, ao grupo Sabino, que foi incansável, que sempre esteve ao nosso lado, e a nossa equipe, que foi fundamental para que levássemos o nosso trabalho, o nosso projeto, por toda Porto Alegre. Quero dizer e deixar bem claro que continuarei como vereadora aqui na Câmara, que os 6.270 votos das pessoas que confiaram no nosso trabalho me motivam a seguir mais em frente, pois o meu compromisso é com toda a cidade de Porto Alegre, mais de um milhão, um milhão e meio de pessoas. Estou aqui para ouvir, dialogar e discutir políticas públicas. Vamos seguir em frente com muito trabalho – estou muito animada –, vamos continuar lutando por uma saúde mental para todos nós. Para encerrar, quero deixar também um abraço para os colegas que infelizmente não conseguiram se reeleger, mas que vocês possam continuar firmes, continuar fortes em prol dos seus sonhos e dos seus projetos. Que Deus nos abençoe.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro Pinheiro, senhoras e senhores vereadores, assessorias, assistências, pagador de impostos que nos acompanha nas galerias e também pela TVCâmara, subo a essa tribuna tendo nós todos passados pelo 1ª turno, e gostaria de dizer que o Novo se confirma como um partido de direita, ideológico, que agrega e congrega liberais, libertários, conservadores, mas que também é um partido com entregas na ponta, seja com legislação – como foi o caso em que o Novo conseguiu para Porto Alegre, a isenção dos IPTUs – como também entregas nas suas emendas, nos seus aportes, nas alocações do nosso trabalho. E isso foi reconhecido nas urnas, com a estupenda votação de Ramiro Rosário – praticamente 17 mil votos –, tendo votação em toda a cidade, com a minha votação que mais que dobrou em quatro anos, com apenas dois de mandato, e ainda, foi por apenas 330 votos, Ver.

Ramiro, que a gente não aumenta 50% a bancada do partido Novo. Aliás, deixo meu abraço à nossa 1ª suplente, Júlia Zardo, e também ao nosso 2º suplente Matheus Schiling. Aliás, Ver. Ramiro, aguardemos as cenas dos próximos capítulos, Ver. Ramiro, porque ainda tem gente que será acionada... Bom, deixa assim, deixa assim, deixa assim, eu não vou aqui, Ver. Cecchim... Mas a probidade do processo, o voto ao natural precisa ser respeitado, se é que V. Exa. entende o que o Novo vai pleitear na justiça.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver. Bosco. Então, nós, do Novo, estamos felizes porque quase dobramos, 50%, faltaram 330 votos, tem essas cenas dos próximos capítulos, mas, independentemente disso tudo, a nominata do Novo esteve na vila, esteve no Parcão, na Encol, no porteiro de prédio, Ver. Marcelo. Lá na vila do Ver. Marcelo, que, aliás, arreventou a boca do balão, praticamente triplicou seus votos, realmente parabéns a V. Exa., Ver. Marcelo. Então, a nominata do Novo de candidatos esteve plural, dobrou de tamanho desta vez, e estão de parabéns todos os 24 candidatos, homens e mulheres que ofereceram seus nomes para melhorar Porto Alegre.

Por fim, Presidente Mauro, gostaria de comunicar a este plenário e a quem assiste a esta sessão em sua residência que o Novo segue trabalhando em Brasília. O melhor deputado federal do Brasil, Marcel Van Hattem, acaba de aprovar o seu relatório a respeito da limitação dos poderes individuais dos ministros da Suprema Corte, Ver. Cecchim. Em nível de CCJ, na Câmara dos Deputados, Marcel aprova o seu relatório por 38 a 19, ou seja, é o povo, é o Parlamento mostrando para o STF que ele não deve legislar, mas, sim, submeter-se à vontade soberana daqueles que chegam a Brasília pelo sufrágio, pelo voto, pela vontade popular. Esse é Marcel Van Hattem; esse é o partido Novo, partido de direita, liberais, conservadores e libertários, que faz o certo sempre, que não pensa em ganhar as eleições, mas pensa em fazer o certo e, fazendo o certo, ganhar as eleições. Marcel, portanto, aprova, a quem saúdo e parabenizo, sendo, repito, o melhor deputado federal do Brasil, pelo seu relatório com a acachapante votação de 38 a 19. Chega, Ver. Pablo, de ditadura do STF. Chega de decisões monocráticas ao gosto do freguês; chega de um tirano ditador como Alexandre de Moraes achar que pode legislar e mandar na República. Pela atenção de todos, muito obrigado. Viva a democracia! Parabéns aos reeleitos; aos não reeleitos, que Deus os abençoe nos próximos projetos e que Porto Alegre vá para o segundo turno em paz, debatendo, arguindo, mas pensando no porto-alegrense, pagador de impostos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que nos assistem. Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer aos mais de 7 mil votos que me conduziram ao meu segundo mandato. Considero-me ainda uma novata na política, uma

estreante, praticamente, nessa escola em que a gente aprende todos os dias. Quero aqui deixar muito claro para todos aqueles que redobram a sua confiança no trabalho que foi feito, que depositaram em mim o seu voto, que de todos aqueles compromissos que eu assumi no meu primeiro mandato, eu cumpri, faltando uma proposição que eu espero aprovar até o final do ano. E que todos esses que eu fiz agora, doravante vocês podem ter certeza de que eu vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para entregar para a cidade e para aqueles que confiaram em mim. Ou seja, as políticas de estímulo e valorização do empreendedorismo, inovação e tecnologia, tudo aquilo que a gente precisa desenvolver para que os nossos jovens queiram ficar em Porto Alegre, com oportunidades de trabalho e de desenvolvimento, e que a gente pare de exportar talentos para outras cidades e outros estados. A minha pauta do turismo e da valorização da área rural, à qual eu vou me dedicar muito neste próximo mandato, junto com todos os outros que foram eleitos, na reconstrução da cidade, nas políticas de desenvolvimento da orla, no transporte e esporte náutico, que têm que crescer muito. Para isso, nós precisamos garantir a saúde das nossas hidrovias, a saúde do nosso rio, sendo desassoreado; a fiscalização e o apoio a todas as obras do sistema de contenção de cheias e enchentes, que cabe a Porto Alegre fazer. Tenho também o compromisso de ampliar as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – as PICS –, o Programa Farmácia Viva, as hortas comunitárias e as cozinhas comunitárias, para garantir a segurança alimentar, não só da população mais vulnerável, mas alimentos de qualidade para as nossas escolas públicas e para as nossas creches. Eu venho aqui agradecer aos eleitores também em nome do PL, partido do qual eu sou líder aqui na Câmara, porque o PL fez 78.451 votos, fez a maior votação em Porto Alegre, e os quatro vereadores eleitos pelo PL, somados, fizeram 50.708 votos. É muito voto, gente; muito voto! Eu quero agradecer a cada um das 78.451 pessoas que entenderam que a direita tem um papel preponderante e importantíssimo no desenvolvimento das políticas públicas desta cidade, na ajuda da reconstrução e na cidade que nós queremos para os próximos quatro anos.

Deixo aqui, meus amigos, um alerta: durante a minha campanha eu gravei dois vídeos pedindo para que as pessoas não deixassem de votar, pedindo que não houvesse abstenções, brancos nem nulos. Eu entendo a insatisfação de uma parcela gigantesca da sociedade com a política que hoje se apresenta, algumas pessoas simplesmente não querem mais saber, não querem informação, deixam de participar ativamente do processo, porque estão desencantadas. Eu deixo aqui um apelo a essas pessoas: não deixem de votar, de escolher que futuro vocês querem para Porto Alegre; a sua não participação no processo político é um verdadeiro desastre para a democracia. Nós fomos, Porto Alegre, os recordistas nacionais de votos nulos, brancos e abstenções; nós somamos 401 mil pessoas que não votaram em Porto Alegre. Vou repetir, meus colegas: 401 mil pessoas não votaram, nem para vereador, nem para prefeito, na cidade de Porto Alegre. Foi mais de um terço do eleitorado de Porto Alegre, foi mais do que o primeiro colocado no primeiro turno, que foi o prefeito Sebastião Melo, buscando sua reeleição, ou seja, nós, como agentes políticos ativos desta cidade, precisamos, de alguma forma, sensibilizar essas pessoas para que elas voltem a participar do processo político.

Porque abrir mão de escolher o futuro da cidade, abrir mão é dar ao outro a chance de escolher por você, é fazer o voto do outro valer dobrado, e isso é uma escolha terrível e é uma escolha que prejudica a saúde democrática da cidade de Porto Alegre. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, demais colegas vereadores; venho aqui nesta tarde usar a tribuna para falar sobre esse último processo eleitoral. Mas, antes de tudo, quero fazer meu agradecimento ao nosso presidente, nosso líder Moisés Barboza, que conduziu desde o início todo o processo para que tivéssemos uma das maiores bancadas junto com a federação, junto com o Cidadania. Nós escutávamos muito – não é, Gilson? –, pelo fato de não termos candidatura à Prefeitura, isso faria com que nós colocássemos apenas um ou, no máximo, dois vereadores. E, para a nossa não surpresa, nós fomos lá e colocamos três vereadores do PSDB e mais um vereador do Cidadania. E, no Rio Grande do Sul, fomos a maior votação em números eleitorais, chegando a quase 64 mil votos na nossa legenda da federação. Então, quero agradecer aos 7.759 eleitores que acreditaram no nosso trabalho, no nosso projeto; em um dos discursos eu falei que nós não tínhamos, eu não tinha quatro anos de mandato como os outros vereadores têm. Em apenas um ano e meio de mandato, nós conseguimos mostrar e levar o nosso trabalho à cidade de Porto Alegre, principalmente à minha querida Vila Farrapos, Humaitá, Navegantes, Ilhas também, nas Ilhas, lá também, fui o vereador mais votado. Então, eu quero agradecer por essa oportunidade de poder continuar por mais quatro anos aqui. Agradeço a todos os novos colegas também que se elegeram, os que se reelegeram, e aqueles que não conseguiram, que também têm o meu respeito – a sua história está gravada nesta Casa, pois deixaram muito trabalho, muita história na cidade de Porto Alegre. Então, a minha gratidão a todos.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José Francisco Alves, de 62 anos, morador do Parque dos Maias, tio da Patrícia, que é uma amiga minha, que pediu para o seu tio ir, no domingo, votar no Marcelo Bernardi para vereador. E eu quero dizer que o Seu José Francisco foi até a urna, votou, e no momento em que ele saiu da urna, que ele confirmou o seu voto, que ele foi lá e deu o seu voto de confiança no Ver. Marcelo Bernardi, ele veio a falecer, simplesmente perdeu a vida ali dentro da escola mesmo, um ataque fulminante, deixando a sua esposa Sônia e a sua filha Taís Alves. Então, usando essa tribuna quero fazer o meu agradecimento, onde ele estiver, a sua família, que nosso Pai celestial o receba em sua nova morada. Com certeza, ele foi um dos responsáveis pela nossa vitória nesse dia de hoje e pelos próximos quatro anos. Então, muito obrigado, Presidente.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solidarizo-me com o Ver. Conselheiro Marcelo, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José Francisco Alves, e pelo falecimento do Sr. André Paim, corretor de imóveis, e também conhecido por DJ Bola, que faleceu às 2h da madrugada de ontem.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso presidente, saúdo os colegas vereadores e vereadoras, público que está nos acompanhando. Agradeço ao nobre colega, Ver. Robaina, pela cedência do espaço da oposição. Também quero fazer aqui alguns agradecimentos, dentre eles a votação que este vereador teve para retornar à Câmara Municipal. A nossa bancada, a bancada do PT, elegeu cinco vereadores; a nossa federação, sete vereadores, PT, PCdoB e PV. A oposição que está com a nossa candidata elegeu 12 vereadores. Nós tínhamos dez; no próximo ano teremos 12 vereadores.

Quero também saudar a todos os eleitos e não eleitos, porque muitos, Adeli, contribuíram muito para legenda, para soma do coeficiente, e Vossa Excelência, Adeli, como também o Gimenis, são vereadores, foram candidatos novamente, estão aqui com um grande legado pelo tempo que aqui passaram. Obviamente que nós respeitamos o resultado das urnas, porque através da urna, que é uma caixinha de surpresa, Ver. Adeli, Ver. Cecchim, os vereadores são eleitos. Portanto, mais uma vez a população de Porto Alegre resolve fazer uma renovação significativa nesta eleição. Mas eu fico me perguntando: será que é verdade aquele ditado, Ver. Pedro Ruas, “de que o povo tem o governo que merece”? Eu não acredito que seja verdade, concordo com Vossa Excelência, porque a nossa cidade não é a mesma, não é a mesma da época, eu diria, de quando estávamos com a Frente Popular, que governava essa cidade. Mudou completamente para pior, Ver. Jonas, para pior. Se nós avaliarmos do ponto de vista da corrupção, este governo apresentou inúmeros indícios de corrupção, Ver. Robaina. Não foi por acaso que tivemos aqui duas CPIs, foi comprovado que tinha desvio de recursos, e depois quem teve a ação concreta foi o Tribunal de Contas, onde a própria polícia acabou prendendo uma secretária da educação, ex-secretária. E mais do que isso: muitos outros foram indiciados.

Como pode um governo não perceber que as pessoas aguardam mais de 30, 40 minutos, uma hora na fila do ônibus para usar um transporte público! Nós temos que convidar o prefeito para ir ali na Av. Salgado Filho com a Av. Borges de Medeiros, para saber quanto tempo as pessoas ficam aguardando, pois ele vendeu a Carris, e agora não tem mais nenhum tipo de fiscalização. O povo indignado, será que votou novamente no

prefeito? Será que o povo atingido pelas enchentes, nas várias regiões da cidade, ainda votou no prefeito? Foram mais de 30% de abstenções. Quem são essas pessoas? Elas estão ainda em Porto Alegre ou elas não estão mais em Porto Alegre? Por que teriam votado no governo que não fez o seu dever de casa, não só na questão da manutenção das comportas, das bombas, e de ter tido um prazo de mais de um ano com R\$ 440 mil em caixa, no DMAE, não fez sequer a manutenção desse processo. O prefeito que disse que, inclusive, se se reeleger, vai privatizar o DMAE e a conta de água do cidadão vai aumentar. E olha o que aconteceu essa semana, colegas vereadores e vereadoras, comprovado pelo Ministério Público, e a Polícia Federal já comprova também um desvio de R\$ 170 milhões na área da saúde! Cento e setenta milhões de reais na área da saúde! E por incrível que pareça, um desses hospitais contratualizados, ontem, demitiu todos os servidores de uma unidade de saúde, Ver. Jonas, lá no Posto de Saúde da Vila Brasília, demitiu todos os servidores do Posto de Saúde da Vila Brasília porque eles teriam falado ou denunciado as falcatruas desse desvio de recursos. Está aqui em áudio, eu poderia colocar para vocês, lamentavelmente! Se o prefeito Sebastião Melo quer ser prefeito de verdade, ele vai lá e cancela essas demissões injustas, porque as demissões foram por justa causa, lamentavelmente por justa causa, simplesmente porque os servidores falaram a verdade. Isso é um processo de perseguição, de assédio moral, irresponsável, pelo qual o governo municipal tem conivência. Nós não podemos nos calar sobre isso. Esse governo não dialoga com os mais pobres, esqueceram os mais pobres, porque não construíram creches, não construíram nenhum posto de saúde, e grande parte da cidade está abandonada. O segundo turno é uma nova eleição. O segundo turno é uma nova eleição. Vamos chamar esse povo para votar, para poder, de fato, termos um prefeito eleito pela maioria. Para concluir, nobre Presidente, queria dizer o seguinte: nós, como vereadores agora, temos a obrigação de fiscalizar inúmeras falcatruas que acontecem aos nossos olhos, e nós não estamos nos dando conta disso. Um forte abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Vitoria Cabreira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA VITÓRIA CABREIRA (PCdoB): Boa tarde Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras; eu hoje assumo a cadeira no lugar da Ver.^a Biga Pereira e quero começar a minha fala reforçando para os colegas que, infelizmente, na madrugada de domingo para segunda nós tivemos uma grande perda, principalmente para a Ver.^a Biga, com o falecimento do seu irmão mais novo, o Deniz, mas para todo nosso mandato, porque o Deniz era um grande ativista da cultura, ajudou o nosso mandato a construir diversos projetos e nos deixou de forma precoce e inesperada. Mas quero dizer também que a Ver.^a Biga está sendo cuidada, está com seus familiares, nesse momento difícil, ao lado dos seus irmãos nesse momento, para que também possam superar essa perda tão repentina, que ninguém estava esperando.

Eu quero também saudar os vereadores e vereadoras eleitos, mas também os não eleitos da nossa cidade, porque para nós, do PCdoB, as eleições são uma parte

fundamental do processo democrático, processo pelo qual o nosso partido e diversos camaradas nossos lutaram para que a democracia estivesse de pé, deram a sua vida pela democracia que até hoje é frágil no nosso País.

Essa eleição, na nossa opinião, é uma eleição marcada pela diversidade. Porto Alegre elegeu as suas duas primeiras vereadoras travestis e, junto com meu camarada Giovani Culau, vão ter a primeira bancada LGBTQ+ da nossa cidade. Nós também tivemos a eleição de duas mulheres negras – a nossa colega Karen e também a Grazi – com votações expressivas da nossa cidade, e eu, por óbvio, quero saudar em especial os meus camaradas de partido: o Giovani, que constrói um mandato coletivo combativo, aguerrido na nossa cidade e também o Erick, que assumirá a cadeira a partir de janeiro, um líder comunitário da Zona Norte. Não há dúvida para o nosso partido de que serão grandes vereadores da cidade e que construirão uma grande luta em defesa de Porto Alegre, em defesa do seu povo. Quero dizer também que a nossa luta nunca se resume à urna, ela é sempre uma parte do que a gente enfrenta, por isso não há dúvida para nós que a luta em defesa de uma cidade mais justa, a luta em defesa das mulheres, a luta em defesa do povo, nós faremos com que ela continue de pé. Por isso eu quero aqui agradecer as mais de 4,3 mil pessoas que confiaram no nosso projeto do mandato feminista, e eu digo nosso porque foi construído por diversas mãos e continuará sendo construído. Esse projeto não se termina no dia 6 de outubro, muito pelo contrário, se fortalece com mais de quatro mil pessoas. E eu quero também aqui aproveitar o resto do meu tempo para deixar o recado para os jovens da nossa cidade: eu tenho a honra de ser a vereadora mais jovem da história de Porto Alegre, e nós precisamos fazer que no segundo turno a gente se encontre com as urnas. Nós, jovens, sabemos que é difícil acreditar numa cidade em que a gente chega na escola e não há merenda, em que a gente vai até a universidade e falta estrutura, em que a gente pega o ônibus e não tem acesso ao TRI Escolar pela burocracia imposta, mas nós também precisamos acreditar e lutar por uma cidade mais justa, nós não podemos desistir de Porto Alegre e nós sabemos que quem venceu nessa eleição não foi o candidato A ou B; quem venceu essa eleição foram as abstenções, os votos nulos, os votos brancos de uma cidade que está desacreditada da política, Ver. Pedro Ruas, porque aqueles que hoje estão à frente da nossa cidade sucatearam tudo que podiam, fizeram com que a nossa sociedade estivesse à margem, fizeram com que a gente ficasse mais de 30 dias embaixo d'água, tentando fingir ou mentir que a culpa não é de quem toma as decisões da cidade. Por isso eu quero reforçar para a juventude que vai ouvir esse discurso que o nosso voto é a nossa única arma e por isso nós precisamos colocar o nosso voto na mão, ir às urnas nesse segundo turno e fazer com que um projeto democrático, um projeto de defesa da sociedade vença essas eleições. É possível transformar Porto Alegre, é possível colocar Porto Alegre na mão das mulheres, e nós queremos chamar a juventude para isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mauro, colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste, não poderia deixar de subir nesta tribuna hoje para falar sobre esta eleição, que foi uma eleição difícil, com muitos novos quadros, com novas pessoas chegando a esta Casa, o que é bom. Infelizmente, alguns colegas não alcançaram, mas tenho certeza de que seguirão trabalhando pela gestão e pelo que acreditam. Queria falar um pouquinho que eu nunca imaginei estar aqui, numa Casa legislativa. Eu vendi roupa, e muita gente sabe disso, por mais de 30 anos eu fui comerciante. Sei as dores de ser comerciante e de não saber como fazer, às vezes, no dia seguinte, porque quem vende, às vezes, não sabe como vai ser o seu dia seguinte. O meu projeto social me trouxe a esta Casa como vereadora, por ajudar pessoas independentemente de quem elas sejam ou em quem elas votem. Este era o primeiro passo, ajudar e atender pessoas que precisavam ser atendidas, principalmente na área da saúde, que para mim é muito cara e importante e que eu defendo. Trabalhar também a educação, principalmente a educação infantil e a educação inclusiva, que oportuniza as mães de poderem trabalhar, que é tão importante. Outra pauta importante de se trabalhar é a questão cultural: nós precisamos valorizar o nosso terceiro setor, principalmente o carnaval, que é uma legião de pessoas que trabalham o ano inteiro para colocar a sua escola por uma hora na avenida. Milhares de pessoas dependem, sobrevivem através do carnaval, que é a maior festa popular do Brasil. Então que nós possamos trabalhar cada vez mais para valorizar a nossa cultura, o nosso carnaval e essas pessoas.

Quando eu cheguei na Casa, eu era simplesmente uma sacoleira; hoje, eu sou presidente do maior partido que elegeu prefeitos no Brasil, e apesar da campanha do “Não vote 55”, hoje nós temos a maior bancada de prefeitos do Brasil. Seguiremos crescendo e fazendo cada vez mais, porque nós acreditamos em pessoas e em causas, um partido de centro que defende as pessoas, que defende a causa justa, e seguiremos fazendo isso. Hoje sou presidente municipal do partido, do PSD em Porto Alegre, e me orgulham muito os 36 candidatos que nós tivemos, que fizeram o seu melhor para que hoje eu pudesse estar aqui. Então eu quero fazer um agradecimento especial a todos aqueles que concorreram pelo PSD em Porto Alegre e também no nosso Estado, porque sozinhos nós não somos nada, somente juntos nós podemos fazer a diferença. Obrigada, PSD, obrigada a todos os 6.321 eleitores que acreditaram nesta vereadora e, com certeza, seguirei fazendo mais e melhor, porque eu sou aquela que sempre fez, sempre faz e sempre fará. Obrigada.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Presidente, só gostaria de comunicar aos colegas vereadores que amanhã, às 19h, será feita a entrega do Título Honorífico de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. Amadeu de Almeida Weinmann, proposto pelo Ver. Pujol. E também que, segunda, terça e quarta-feira da semana que vem, esta vereadora estará entrando em licença para que o Ver. Pujol possa usar pela última vez a tribuna neste mandato, tendo em vista que ele é meu suplente e, para o ano que vem, tudo muda. Então é uma deferência ao nosso decano, o Ver. Pujol, que merece todo nosso respeito e admiração. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Mauro Pinheiro, cumprimentando V. Exa. cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores, em nome da nossa bancada, eu e o Ver. João Bosco Vaz queremos agradecer a confiança dos porto-alegrenses que me concederam mais um mandato. Muito obrigado. Foram 6.296 votos que reforçam ainda mais a nossa convicção de que estamos no caminho certo, que muita coisa foi feita, mas muito mais ainda precisa ser realizado. Quero também aqui cumprimentar a companheira Juliana Brizola, que fez praticamente 20% dos votos, belo desempenho a favor de um bom diálogo na eleição, em especial, Ver. Conceição, em parceria com União Brasil, Dr. Thiago, nosso vice, demais partidos que integraram a coligação, PSDB, Cidadania. E quero dizer que seguimos o diálogo em favor da cidade, em favor das pessoas. Tivemos uma eleição muito dura, uma eleição muito próxima da maior tragédia sofrida pelo Estado do Rio Grande do Sul, que foi a enchente que atingiu duramente Porto Alegre. Estas serão certamente umas das pautas que vão estar aqui no debate da próxima legislatura: a questão da proteção da cidade contra as cheias; a questão das casas de bombas; a questão das comportas; a questão da elevação dos diques; a dragagem das areias, e tudo o que mais será necessário fazer para que não se repita o ocorrido de maio deste ano. Quero também aqui reiterar que estamos trabalhando diretamente com a Caixa Econômica e com o governo do Estado a respeito do Feirão da Caixa, que deve ocorrer nos dias 8 e 9 de novembro justamente para contemplar aqueles que perderam os seus imóveis por ocasião das cheias e que vão estar adquirindo imóveis.

Quero aqui dizer que, infelizmente, o nosso partido reduziu uma cadeira, mas nós seguiremos firmes e atuantes aqui, com os princípios que norteiam o nosso partido, o programa partidário, o estatuto do PDT. Nossa principal bandeira é a educação, sem descuidar, obviamente, das pautas aqui que dizem respeito à saúde, à segurança pública, em especial à questão da moradia, da regularização fundiária, do direito à moradia digna, essa que é uma causa muito vinculada ao meu mandato, particularmente, pelo trabalho classista que desenvolvo. Quero agradecer a Porto Alegre e agradecer a todos aqueles que emprestaram o seu prestígio e apoiaram a nossa caminhada para a reeleição, um processo que se iniciou lá em 2005. Ingressei na vida pública em 2005, fui secretário de Esportes em 2006, fui secretário de Planejamento em 2009, aprovamos a revisão do Plano Diretor em 2010 e, agora, mais recentemente, em 2021, nesta legislatura, tive a honra de presidir a Câmara. O Ver. João Bosco Vaz optou por não ser candidato, a gente respeita esta opinião, infelizmente perdemos o Ver. Mauro Zacher, a quem a gente homenageia também nesta oportunidade, mas quero dizer que o PDT seguirá firme aqui com a nossa bandeira fincada na trincheira, defendendo as boas causas, as grandes, as pequenas causas, especialmente no legislar e fiscalizar em favor de quem mais precisa, em favor da cidade, em favor das pessoas, em favor da qualidade de vida.

E me permito aqui também, neste minuto de conclusão, Presidente Mauro Pinheiro, falar um pouquinho também que hoje aqui venho com a gravata cor de rosa em homenagem ao Outubro Rosa. Perdemos recentemente uma companheira do partido, o câncer de mama é um câncer muito violento, um câncer muito agressivo, mas que com a prevenção, com o toque, sendo detectado no início, ele tem um alto índice de cura. Então por isso que a gente traz para o Calendário Oficial do Município de Porto Alegre, e a nível mundial, inclusive, esta questão do Outubro Rosa, que tem como objetivo a prevenção ao câncer de mama. Então, fica também aí o nosso empenho nessa divulgação e a nossa preocupação para que as mulheres se toquem e se cuidem para o combate e prevenção do câncer de mama. Pela atenção, muito obrigado, uma boa tarde.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Presidente José Freitas, faço uma saudação também ao vereador, que se reelegeu. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Ver. Bins.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, sobre as eleições, os eleitos e não eleitos, os meus colegas falaram muito bem aqui. Uma vez, eu falei com o falecido Brusa Neto, um assessor do Pedro Simon, e ele me disse o seguinte: “Cecchim, quando a gente ganha, não precisa falar por que ganhou; e, quando a gente perde, não fala por que perdeu”.

Então, eu queria dizer aos queridos colegas aqui que nós estamos tratando da LDO e estamos construindo um acordo entre a situação e a oposição, com os vereadores, para que possamos votar essa LDO rapidamente. Nós estamos conversando ali atrás com o pessoal do planejamento e vamos fazer uma votação rápida, mas não irresponsável. Nós vamos discutir aquilo que tem que ser discutido, votar aquilo que tem que ser votado, mas vamos tentar fazer blocos. Existe a vontade de todos os vereadores de formarmos blocos das emendas rejeitadas para que elas sejam apreciadas ou não em bloco, para que façamos hoje uma votação mais rápida, que não precisemos ir até a madrugada, que não precisemos atravessar a noite para fazer a votação da LDO.

Por isso, eu peço a compreensão dos colegas, tanto da situação quanto da oposição. A LDO não é ideológica, é uma questão orçamentária, e tenho certeza de que teremos a compreensão de todos e vamos votar imediatamente. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Boa tarde a todos; ao Ver. José Freitas, que preside esta sessão, e àqueles que nos assistem pela TVCâmara. Falo em nome do Podemos e agradeço ao Ver. Giovane Byl por me dar esta oportunidade, como líder de bancada, e poder falar neste momento. Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por esta reeleição, uma reeleição muito difícil. Quero parabenizar os eleitos, os reeleitos e também aqueles que não se elegeram, mas que se empenharam, seja da nossa nominata, seja das outras nominatas, porque todos fizeram parte desse processo democrático de poder colocar o seu nome. A gente sabe o quanto é difícil uma campanha eleitoral, o quanto é difícil colocar o nome, o quanto é difícil buscar votos e também receber da população esse trabalho que, no dia da eleição, é votar. Lamento muito as abstenções, entendo que é preciso conscientizar mais as pessoas sobre a importância de fazer o seu voto, de gerar o seu voto. A minha fala de hoje é mais no sentido de agradecer e que, nesses próximos quatro anos, que começam a partir de 2025, nós possamos aqui, nesta Câmara, honrar com cada voto dessas 4.053 pessoas que nos deram, através da sua confiança, o seu voto. Muito obrigado. Boa tarde e bom trabalho a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo justificativa de falta da Ver.^a Comandante Nádia, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação na Cerimônia de posse de juízas e juízes substitutos, no Tribunal de Justiça do Estado, no dia 23 de setembro de 2024.

Apregoo justificativa de falta do Ver. Ramiro Rosário, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação na reunião com o tema “Problemas e Soluções sobre a Educação”, promovida pela InovEducação, no Instituto Caldeira, no dia 24 de setembro de 2024.

Apregoo o Ofício nº 2.688/24, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual comunica estar em gozo de férias das 15h do dia 2 até o dia 6 de outubro de 2024 .

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira, solicitando Licença Luto, nos termos do art. 218, inc. II, do Regimento, no período de 7 a 14 de outubro de 2024.

Apregoo declaração firmada pela Ver.^a Biga Pereira, Líder da Bancada do PCdoB, informando o impedimento da suplente Coletivo Cuca Congo e do suplente Erick Dênil em exercerem a vereança, em substituição, no período.

Informe que a suplente Vitória Cabreira foi empossada na vereança no dia 8 de outubro de 2024, às 9h30min, em cerimônia realizada no Gabinete da Presidência, passando a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): (15h42min)

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós vamos votar *ad referendum* o requerimento da Ver.^a Fernanda Barth, que solicitou o período de Comunicações em atenção ao Estado de Israel, cuja homenagem ocorreu segunda-feira e, como todos sabem, o requerimento não foi aprovado com a antecedência devida, porque tivemos várias sessões em que não houve quórum para a Ordem do Dia. Então nós vamos votar *ad referendum*.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 090/24 – (Proc. nº 0655/24 – Ver.^a Fernanda Barth) – requer seja o período de Comunicações do dia 7 de outubro destinado a homenagear o Estado de Israel. **(SEI 212.00068/2024-24)**

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação [Requerimento nº 090/24](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária dos vereadores Roberto Robaina, Prof. Alex Fraga, Karen Santos, Giovani Culau, Vitoria Cabreira, Pedro Ruas e Everton Gimenis.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 355/22.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0706/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 355/22, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Ciarlo Barragana Fonseca. **(SEI 037.00481/2022-41)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 25-09-24 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em discussão o [PLL nº 355/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 355/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**. Registro a intenção do Ver. Jonas Reis em votar “sim”.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0586/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/24, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025. **(SEI 118.00580/2024-94)**

Parecer:

- da **CEFOP**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto e das Emendas n^{os} 02, 03, 10, 34 e 36 e pela rejeição das Emendas n^{os} 01, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37 e 38.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (Simpa), da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA) e da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre (ASTEC);
- com Emendas n^{os} 02 e 03, do Ver. Cassiá Carpes;
- com Emendas n^{os} 04 a 16, da Ver^a Biga Pereira;
- com Emendas n^{os} 17 a 23, do Ver. Giovani Culau e Coletivo;
- com Emendas n^{os} 24 a 30, do Ver. Jonas Reis;
- com Emenda nº 31, do Ver. Everton Gimenis;
- com Emendas n^{os} 32 e 33, dos Vers. Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Everton Gimenis e Jonas Reis;
- com Emendas n^{os} 34 a 38, do Ver. Tiago Albrecht;
- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, *caput*, c/c art. 82, *caput*, da LOM;

- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas Emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 09-10-24.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em discussão o [PLE nº 028/24](#). (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, a discussão das diretrizes orçamentárias que veio da comissão de economia é realmente uma vergonha. O relator faz um parecer que nega o direito à cultura, nega o direito à educação, o direito à saúde, nega o direito ao esporte. Que relator é este? É o puxadinho do Melo. É isso! Não tem identidade com o povo trabalhador. Nós propusemos, lá na emenda, pagar o piso do Magistério a todas as profissionais de educação da rede conveniada, e eles não têm esse compromisso, eles negaram a emenda do direito à educação de qualidade, de valorizar as 235 instituições. Não quiseram pagar o piso às educadoras das 99 escolas – está lá! Eles não quiseram colocar mais orçamento na cultura, porque eles não acreditam que a cultura tem que ter espaço no orçamento, eles viraram as costas para a cultura, tanto é que os dois secretários da cultura deste governo concorreram e ficaram lá embaixo na votação, teve um que fez menos de 800 votos. É esse o lugar em que eles colocam a cultura. Ontem a Câmara abriu aqui o 24º Salão de Artes Plásticas, e não tinha ninguém representando a Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa; por isso que na Lei de Diretrizes Orçamentárias não tem espaço para cultura, meu querido Ver. Oliboni. Eles demonstram, a todo momento, que eles têm ódio à cultura, ódio à educação. Faltam 12 mil vagas na educação municipal, e eles não contemplam. Aí, na televisão, eles mentem, dizem que vão encerrar o déficit que tiveram tanto tempo para encerrar. É tudo jogo de encenação, somente mesmo um bom marqueteiro para maquiagem tudo que está nos seus projetos de lei, nas leis, na discussão do plenário, e o que é mais triste, o próprio governo fez o congresso de esporte no Município. Lá foi colocado que deveria ter pelo menos 0,4% para o orçamento da secretaria de Esporte, lá foi colocado. E aqui eles negaram, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mais uma vez, o direito ao esporte na cidade; por isso que a secretária que era de Esporte concorreu e nem conseguiu computar os votos, nem conseguiu computar os votos. Esse é o lugar que a sociedade está vendo como é que eles tratam. Oh, da boca para fora é uma coisa; no papel aqui, na lei, é outra, mas nós vamos discutir aqui qual é o lugar dos servidores públicos, do serviço público de qualidade, que amarga mais de 30% de perdas salariais! Mais de 30%! E aí eles não se comprometeram também. Mas eu quero agradecer aos vereadores que assinaram a emenda, que permitem a nós discutirmos aqui. Estes, sim, respeitam o funcionalismo. Tem gente que é só garganta, mas aos poucos, aqueles que

são só garganta vão sendo derrotados um a um pelo povo, porque o povo não se esquece quem realmente está a favor da educação, da saúde, da limpeza urbana, do saneamento, da habitação de interesse social. Hoje estava lá a secretária do Melo, no lançamento do programa do governo federal, e ela disse: “Contem conosco, da Prefeitura, para ajudar a encaminhar e desburocratizar”. Mentira do governo! Não conseguiu cadastrar as comunidades para ganhar o direito à moradia do dinheiro que vem carimbado da União. Incompetentes e mentirosos! Mentira deslavada. Mas aqui nós vamos lutar no Orçamento por direitos reais. Parabéns ao Simpa que colocou a emenda, e agora nós vamos discutir e vamos lutar para apoiar e aprovar respeito ao funcionalismo.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 028/24.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, Ver. Freitas, que preside a sessão neste momento, vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra, particularmente os dirigentes do Simpa, a quem eu cumprimento nas pessoas do João Ezequiel, da Cindi, do Assis e dos demais que estão ali, a Charão, enfim, o cartaz me atrapalha um pouco para ver toda a fisionomia, mas já os cumprimentei e as cumprimentei. E quero cumprimentar a Ver.^a Helena Bonumá, de quem tive a honra de ser colega, há muitos anos, aqui na Casa; é uma alegria revê-la.

Nós teríamos hoje, Presidente, uma votação, que tem que ser bem entendida, uma emenda destacada, dirigentes do Simpa. Na emenda destacada, porque ela não obriga – entendam bem isso –, ela não obriga o prefeito, seja quem for o prefeito no futuro, a repor 29,01%, que é a defasagem salarial real. Mas a emenda não está obrigando o prefeito, a prefeita, seja quem for no futuro, a repor isso. O que há é a intenção de permitir, se houver a intenção. Se há a intenção e não há a possibilidade legal, como isso ficaria? A possibilidade legal não é obrigação. Poder fazer não é ser obrigado a fazer. Eu acho que quando se vota – vou para o meu oitavo mandato, João Ezequiel, então a gente conhece um pouco disso, não é? –, tem que se ter a noção exata do que se está votando. E nós estamos votando uma possibilidade, Ver. Roberto Robaina, possibilidade, que é o que estabelece a emenda, não uma obrigatoriedade, não uma determinação, não algo cogente, não algo impositivo, Ver.^a Mônica Leal, é uma possibilidade. Eu acho que nós tirarmos da LDO essa possibilidade, aí sim é ter uma posição contra as municipais e os municipais. Aí, sim, justifica o discurso de que o governo não gosta dos servidores; aí, sim, fica a Câmara Municipal em uma posição delicadíssima, porque ela impediu – impediu – que sequer houvesse a possibilidade de um futuro prefeito ou uma futura prefeita reanalisar o caso das servidoras e servidores municipais e poder conceder, se for o caso, se for da sua vontade, o reajuste que lhes é devido.

Portanto, esta emenda destacada, eu faço isso na discussão geral, porque não sei se, no momento exato da discussão da emenda destacada, poderei fazê-lo, porque é muito necessário que se perceba o que está sendo votado, é uma possibilidade, é uma criação legislativa importante, onde o prefeito ou a prefeita fará ou não, fará ou não, mas,

se quiser, pode; ele não pode querer ou ela não pode querer e não poder; se quiser pode, se aprovarmos a emenda. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 028/24.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu gostaria de fazer alguns comentários a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas o Ver. Pedro Ruas, que me antecedeu, já esclareceu bastante do projeto que estamos apreciando neste momento. A LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – é uma carta de intenções. Dentro da LDO, cabe uma série de programas, projetos que a Prefeitura tem a intenção de executar, de aplicar. E, junto a eles, também algumas orientações de como virão a alocação de recursos para a lei orçamentária, que é o próximo passo, para a definição de quanto se gastará em cada área no ano que vem. Senhoras e senhores, a Emenda nº 1, uma emenda popular... E para esclarecimento da Ver.^a Nádia, que talvez não tenha o menor conhecimento da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, a Lei Orgânica prevê a manifestação da população via emendas populares. E por isso estava conversando anteriormente com nosso diretor legislativo, diretor Luiz Afonso, que esse é um projeto que tem quatro sessões de pauta com inscrições de vereadores para que possa correr concomitantemente ao prazo de abertura das emendas populares. Uma das emendas populares que veio anexada a esse projeto é a emenda do nosso sindicato, da Lei Orgânica do município de Porto Alegre, e criticar isso demonstra a total e completa ignorância de uma parlamentar que nem sequer tem o conhecimento da Lei Orgânica desta cidade, que é a nossa lei máxima, a lei que rege todas as demais: leis complementares, leis ordinárias, inclusive a lei do orçamento, que é o que estamos aqui discutindo. Portanto, deixo aqui uma orientação para que a Ver.^a Comandante Nádia, na próxima legislatura, leia a Lei Orgânica, tome conhecimento, porque senão a atuação parlamentar, que é a nossa linha direcional, fica severamente comprometida. Portanto, Ver.^a Comandante Nádia, na política, nós precisamos, acima de tudo, ter ética e princípios, talvez a senhora desconheça essas duas palavras, infelizmente, porque como representante de uma parcela da sociedade, a senhora, pelo visto, não encontrou esses termos no seu dicionário. E para complementar a minha fala e terminar minha manifestação, senhoras e senhores, existe aberto, no exato momento, um concurso, inscrições para o concurso da Prefeitura Municipal de Porto Alegre para diversos cargos de professores, e, para minha surpresa, Ver. Pedro Ruas, que me assiste atentamente e a Ver.^a Mônica Leal também prestando muita atenção no que eu falo, abriram vagas para três categorias da minha categoria profissional, da minha classe profissional, M1, que são os professores antigamente chamados de normalistas, que fizeram magistério, o curso médio com especialização; M4, licenciatura plena, e M5, pós-graduação. Os professores M1, de acordo com o edital publicado para este concurso, têm salário básico previsto de R\$ 1.704,00, para vinte horas de trabalho; se optarem por dobrar a sua jornada de trabalho, o salário deles passa pouquíssimo de R\$ 3.400,00. O salário mínimo nacional é de R\$

4.580,00. Quatro mil quinhentos e oitenta reais é o mínimo que um professor ou uma professora deveria receber por uma jornada semanal de quarenta horas, e a Prefeitura, no seu edital, coloca salário de R\$ 3.400,00, muito inferior ao básico. Isso é uma vergonha! Que tipo de educação Porto Alegre está entregando para as nossas crianças e para os nossos jovens? Não me surpreende que os índices do IDEB, os índices de aproveitamento estão caindo ano após ano. Não conseguimos reter e atrair bons profissionais, infelizmente, para a minha profissão. Agradeço a atenção de todos e todas, sigamos os nossos trabalhos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Everton Gimenis está com a palavra para discutir o PLE nº 028/24.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste na TVCâmara, público aqui no plenário, queria saudar em especial a companheira Helena Bonumá, ex-vereadora de Porto Alegre, ali nas galerias, uma inspiração, uma referência nossa principalmente na luta da economia solidária, e o pessoal do Simpa, sempre defendendo o funcionalismo público e os serviços públicos de qualidade de Porto Alegre. Eu me inscrevi aqui na LDO, nesse tema, porque me parece que essa proposta do governo não analisa algumas coisas. Primeiro não considera que tem uma recuperação que vem ocorrendo desde maio de 2024 e que possivelmente a receita vai aumentar e, pior, ela cristaliza essa política de sucateamento do serviço público e de arrocho dos servidores públicos de Porto Alegre. Nós não podemos ter uma recuperação da nossa cidade, se nós não investirmos no serviço público de qualidade e, para isso, temos que investir também na qualificação e na remuneração dos servidores públicos de Porto Alegre. Não vamos ter uma recuperação da nossa cidade, se nós não tivermos o funcionalismo respeitado, porque é o funcionalismo público que atende a população, que faz com que nosso serviço público seja uma referência. Nós precisamos de políticas públicas e precisamos de serviço público; portanto, eu quero, já de antemão, deixar aqui o nosso apoio à emenda do Simpa. Tenho muito orgulho de caminhar ao lado dos companheiros do Simpa, dos servidores e das servidoras de Porto Alegre e dizer que nós vamos apoiar essa emenda, porque não pode esse arrocho continuar na cidade de Porto Alegre. A gente viu os efeitos disto – do sucateamento do DMAE, da FASC, da extinção do DEP, da SMAM – nesses últimos tempos. Se não fossem a terceirização, o esvaziamento da FASC, talvez não teriam morrido 11 pessoas na cidade de Porto Alegre, na Pousada Garoa; se o DMAE e o DEP estivessem estruturados e tivessem os quatro mil funcionários que tinham no passado, em vez de mil e poucos agora, talvez nós teríamos enfrentado bem melhor, com certeza, teríamos enfrentado bem melhor as cheias em Porto Alegre que criaram esse caos que inundou literalmente, a gestão Melo inundou a cidade de Porto Alegre por descaso, por falta de manutenção. Portanto, se nós tivéssemos investido no serviço público, nos servidores, capacitados e contratados mais, isso não teria acontecido. Na educação, a mesma coisa, faltam seis mil vagas em creches, nos colégios estão faltando professores,

e os professores são mal remunerados. Portanto, tudo isso não consta nessa LDO. Essa LDO parece a propaganda da cidade de Porto Alegre que o Melo faz na TV, lá está tudo muito bom, tudo muito bonitinho, tudo limpo, mas, quando a gente vai para a rua, não é isso. E essa proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias é a mesma coisa: parece que está tudo bem, mas não. Como disse o Jonas aqui, não existe investimento para a cultura, a saúde, a educação. Tem um problema sério: não prevê o aumento dos servidores, como eu já disse. Nós precisamos fazer com que o Orçamento Participativo também... Aqui não diz qual vai ser a receita, e nós esperamos que seja valorizado o Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo não pode ser o que foi nos últimos anos: uma mixaria para várias comunidades lutarem por esse recurso.

Eu queria deixar aqui também registrado que a Emenda nº 31, que eu fiz para ter recursos e entrar na LDO a economia solidária, é muito importante, porque, se não entrar agora na LDO, não for para o Plano Plurianual, depois, nós não podemos ter recursos. O próprio governo municipal vai fazer, no ano que vem, no Dia das Mães, a Feira Municipal da Economia Solidária. Nós precisamos gerar emprego e renda de qualidade; portanto, nós precisamos que a Emenda nº 31 também seja aprovada para que o projeto que foi aprovado aqui, nesta Casa, e sancionado em 31 de julho pelo prefeito Melo tenha a consequência. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 028/24.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todas e a todos. A gente está enfrentando, novamente, uma discussão muito importante. Os prazos, os tempos do Legislativo, muitas vezes, impedem que a gente consiga fazer essa discussão de forma mais ampliada, em âmbito de sociedade, mas a Lei de Diretrizes Orçamentárias são os mecanismos, os protocolos, os caminhos que vão balizar, no final do ano, a discussão do orçamento. A Lei Orçamentária Anual é pautada na LDO, a LDO é pautada no Plano Plurianual, e são esses os mecanismos que definem os R\$ 11 bilhões do orçamento do nosso Município. É neste momento que a gente discute quais são as prioridades dos recursos públicos. Então é uma discussão fundamental, infelizmente, de forma extremamente acelerada, porque a burocracia do Legislativo assim impera. Então, primeiramente, isso tem que ser questionado. Eu vou no sentido da fala do Ver. Gimenis, que coloca o lugar do Orçamento Participativo e como ele foi sendo desconstituído ao longo das gestões, colocando pra população a decisão de uma parte mínima e irrisória do orçamento, com um ar de democracia, porque tem processo eleitoral de base, ao mesmo tempo em que essa discussão fundamental dos R\$ 11 bilhões a gente acaba fazendo aqui entre os pares, de forma extremamente acelerada e sem muita discussão, sem muito debate, sem muita contraposição e, principalmente, sem sínteses. Porque vem a proposta do governo; nós, enquanto vereadores da oposição, construímos as nossas emendas, estamos aqui fazendo a defesa do nosso ponto de vista de por que os municipais têm que receber o reajuste, porque são categorias que vão seguir mais um ano desvalorizadas,

sendo que, nos últimos quatro anos, a gente foi atravessado por uma enchente, a gente foi atravessado por uma pandemia e quem deu conta de garantir os direitos à nossa população foram os servidores públicos, foram os assistentes sociais, foram os enfermeiros, foram os professores, foram os técnicos do DMAE, então, pensar, objetivamente falando, o lugar do serviço público dentro dessa lógica de gestão. É um desrespeito a gente ter que estar aqui defendendo reajuste de 30% de perda salarial, uma categoria que vem sendo desvalorizada nesse sentido, e a gente não conseguir ter uma mediação, uma contraposição de ideias em relação àquilo que veio do governo. Isso precisa ser denunciado. Porque a desassistência que a gente convive lá na ponta, quando não tem médico, quando não tem atendimento, quando não tem professor, quando não tem assistente social, o desmonte das políticas públicas é um reflexo desse orçamento. E esse orçamento engessado, novamente da forma como está sendo proposto nessa LDO, vai desdobrar que, nas próximas tragédias, o nosso Município vai enfrentar uma máquina pública cada vez mais escassa, mais precária, para conseguir dar o atendimento necessário para as pessoas que pagam, que sustentam este Município. Esses R\$ 11 bilhões, gente, têm CPF, têm CNPJ, e qual o retorno social do orçamento em relação às demandas que a gente vem apontando há dez, há vinte anos no nosso Município? Então, é importante a nossa denúncia em relação à forma com que as coisas são decididas aqui na Casa do Povo, a forma como as políticas vêm sendo apresentadas pelo governo de plantão de uma forma extremamente engessada. É uma discussão fundamental sobre todo o orçamento do Município que vai ser executado no ano de 2025, e a gente não consegue, novamente, nenhum tipo de mediação por parte do governo de plantão. Isso é um desrespeito. Não é um desrespeito só com a oposição, é um desrespeito com a população que nos elegeu, inclusive para a gente cumprir esse papel de fazer valer a voz dos trabalhadores e das comunidades que estão sendo sufocadas por uma lógica neoliberal de Estado, em que é tudo para os empresários, para os amigos do rei, para o setor da especulação imobiliária, para as empresas de transporte, para esses que financiam as campanhas eleitorais e, depois, vêm aqui cobrar a conta. E nenhum tipo de assessoria é dada para as nossas comunidades, para a nossa população, só a falácia do Orçamento Participativo, para a gente ficar disputando Restinga contra Mapa, contra Bom Jesus, as migalhas que são oferecidas. Lembrando que, nos últimos anos, as migalhas do OP foram menores do que o orçamento de publicidade do gabinete do prefeito Melo. Então, são essas discrepâncias que nos levam a uma cidade segregada como Porto Alegre.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 028/24.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Ver. José Freitas, presidindo os trabalhos; colegas vereadores, vereadoras e o público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Estamos discutindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, geralmente, costumamos dizer que é uma peça fictícia, porque, na verdade, não fala das metas e prioridades da administração pública direta e indireta; deveria falar. Deveria dizer

quantos postos de saúde novos vão construir, quantas vagas novas vão ser criadas na educação infantil, qual o investimento na educação, qual o reajuste aos servidores municipais. Infelizmente, é preciso fazer uma emenda e se ajoelhar na frente do governo para poder receber a reposição da inflação e, assim mesmo, o governo diz “não” para nós, diz “não” para os servidores. Essa é a dura verdade, que, a partir do governo Marchezan e deste governo, Ver. Alex, tratam mal o servidor público, como se fosse inimigo. Não fizeram concurso público, tiraram avanços significativos e precarizaram o serviço público. Parece que virou moda para a direita terceirizar, privatizar, entregar tudo para se eximir da responsabilidade de gestão. Essa é a grande verdade. E aí chega numa eleição, se a Carris está ruim, dizem que vão privatizar, e privatizaram. As pessoas estão lá esperando por uma hora na fila, no centro da cidade, duas horas para ir para casa na Restinga. Aqui, pega o ônibus do Morro da Cruz, quando vem, demora 40 minutos, 60 minutos, até chegar ao centro dá mais de uma hora e meia. Imaginem na Restinga, na Ponta Grossa, Ver. Culau! É lamentável a dura realidade que passa o nosso povo. Por isso, nós costumamos dizer aqui que esse governo não gosta de pobre, porque abandonou as comunidades, abandonou a periferia, e elas não estão se enxergando na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Virá ali, logo em seguida, a peça orçamentária, onde nós vamos ver se ele vai construir os dez postos de saúde que ele queria construir, aumentar a atenção básica de cobertura 100%, e não 75%. Existem pessoas que não têm um posto de saúde na sua comunidade, mas o governo não diz nada na Lei de Diretrizes Orçamentárias. O povo não se enxerga aqui e não vai se enxergar nesses governos que não olham para as comunidades, para a periferia, para o povo mais pobre. Essa é a grande verdade. Para o governo, é mais fácil todo mundo ter um plano de saúde, mas o Sistema Único de Saúde transfere de fundo a fundo, não precisa o governo botar muito recurso, só vai botar o que é lei, 15% do orçamento para a saúde, essa que é a verdade, e nem isso coloca. Dizem que colocam, mas contabilizam algo que a gente não tem controle. Por isso, nós estamos aqui defendendo, sim, o servidor público; defendendo mais concursos públicos para fortalecer algo que é fundamental, como aconteceu recentemente na pandemia, como aconteceu agora nas enchentes. O servidor público é que faz o trabalho final, de braços abertos, recebendo o povo para poder atendê-lo bem. Olhem o que aconteceu de ontem para hoje, num serviço terceirizado da saúde: um determinado hospital, que não vou dar o nome aqui, porque dizem que as servidoras deram informação que não deveriam ter dado, mas há uma gravação que mostra que foi a gerência desse hospital que disse para esses servidores fazerem o que fizeram, e agora está aí constatado um desvio de R\$ 170 milhões. Quem é que pagou o pato? Os servidores. Os servidores. Pois se nós abrirmos aqui uma CPI, e tem argumento para isso... Não vamos abrir agora na eleição para não dizerem que é proposital, mas tem muita coisa a rolar nesse moinho. Lamentavelmente este governo não mostra a transparência e a lealdade com o serviço público, essa é a verdade.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado. Prof. Alex Fraga.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Com licença. Ver. Freitas, que está presidindo a sessão, eu gostaria de solicitar sua anuência para a dispensa do uso do paletó, já que algumas pessoas aqui no plenário estão com bastante calor em virtude do ar-condicionado não estar dando conta ainda da temperatura.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A pedido do Prof. Alex está dispensado o uso paletó por aqueles que desejarem.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 028/24.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente José Freitas, vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e pessoal que se encontra aqui no plenário, nas galerias, particularmente as lideranças do Sindicato dos Municipários; nós estamos tratando da LDO, e a LDO trata das metas, das prioridades da administração pública direta e indireta, incluídas as despesas de capital, e é a LDO que orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Eu fico muito preocupado. Embora eu tenha desacordo global com o plano que o governo apresenta, especificamente tem um ponto que me preocupa ainda mais do que os demais, porque ele impossibilita que um próximo governo faça uma política radicalmente diferente do governo atual em relação à valorização do serviço público. Nós ainda estamos em período eleitoral e ainda nós insistimos na necessidade de mudar o curso político da cidade de Porto Alegre. O governo atual, nós sabemos, é um governo que não valoriza o serviço público, eu não tenho a menor dúvida disso, e não tenho dúvida também de que, entre os servidores públicos, este governo perdeu. Perdeu no primeiro turno, e nós estamos ainda disputando o processo eleitoral. Ocorre, e isso que me preocupa muito, que, se nós aprovamos a LDO tal como veio, a possibilidade de uma mudança na política de valorização dos servidores fica comprometida, porque o plano que o governo apresenta, a LDO que o governo apresenta não reconhece as perdas salariais. Os servidores estão lutando pelas perdas salariais que vêm de anos. Se tem uma LDO que não reconhece essas perdas, nós estamos engessando a possibilidade de que um próximo governo comece a fazer um processo de recomposição. Prof. Alex, quando entra na LDO, não é obrigatório o pagamento, mas, se não entra na LDO, não tem como pagar, porque não vai ter o reconhecimento da necessidade da reposição, não vai ter o reconhecimento das perdas. E as perdas têm que ser reconhecidas, porque as perdas existiram. E o governo está economizando, está fazendo um ajuste fiscal reduzindo o valor salarial dos trabalhadores do serviço público. O Prof. Alex mostrou aqui inclusive o plano de concurso para os professores, que vai prever salários para os professores menores do que o definido em lei nacional. É uma irregularidade, eu não sei inclusive se não é caso de justiça, porque não se pode cometer ilegalidades quando se faz um concurso público, não se pode prever um salário, num concurso público, menor que o salário mínimo nacional para a categoria dos professores. Não sou juiz, mas me parece que isso é uma ilegalidade, inclusive na convocação desse concurso. E o que nós estamos apelando ao pedir a aprovação da emenda proposta pelo

Sindicato dos Municipários é que esta Câmara Municipal autorize a possibilidade de termos uma política salarial diferente da política atual, que é uma política salarial de ajuste, de arrocho e de desrespeito com a valorização profissional dos servidores. Por isso que eu proponho que a emenda apresentada pelo Simpa seja aprovada pelo plenário da Câmara. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para discutir o PLE nº 028/24.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente José Freitas, demais colegas vereadores e vereadoras; nós, que acabamos de passar no 1º turno dessas eleições, e eu, que sou daqueles e daquelas que consideram que a participação popular deve ser valorizada e defendida não somente no período das eleições, queria saudar e valorizar o Simpa, a ATEMPA, a Astec, porque aqui nós analisamos uma emenda de caráter popular e exatamente pela origem que nos faz aqui debater essa proposição, ela, desde o início, merece a nossa atenção, a nossa valorização, porque são as vozes das ruas, a partir das suas organizações, que motivam esse debate hoje entre todos nós feito.

Feito esse registro e esse reconhecimento, também preciso aproveitar a oportunidade para agradecer às 4.902 pessoas que depositaram o seu voto, no último domingo, em mim e no movimento coletivo, agora, para podermos, mais maduros e experientes, enfrentar um novo mandato de quatro anos. E faço isso abraçando, em especial, o Mauro e o Seu Vieira, que caminham comigo em especial, lá no Extremo-Sul da cidade. Quando nós pensamos o futuro, eu também penso que nós precisamos refletir, assim como o Ver. Oliboni fez, o que foram os quatro anos dessa legislatura, uma legislatura que começou enfrentando a pandemia do coronavírus e que encerra enfrentando a tragédia das enchentes. Em todos esses momentos, a população, nos seus momentos mais difíceis, precisou recorrer ao serviço público e, por consequência, aos servidores públicos do nosso Município. Lá atrás, nós traduzimos isso em homenagens importantes aos servidores da saúde, aos profissionais da saúde, aos nossos enfermeiros, enfermeiras, médicos e médicas, aos demais profissionais do campo da saúde. Recentemente nós buscamos recorrer àqueles e àquelas que trabalham na Defesa Civil, no DMAE, àqueles que trabalham na assistência social da nossa cidade. E, quando nós recorremos a esses servidores e ao serviço público, nós nos deparamos com a consequência do que nós vivemos nos últimos anos, dos ataques ao serviço público, a terceirização, a privatização, o desmonte e as agressões sofridas pelos próprios servidores e servidoras. Então, eu imagino que esta legislatura que está ao fim tem, diante de si, a possibilidade de mudar um paradigma perante o futuro. Esta legislatura que está ao fim pode corrigir erros cometidos até aqui. Eu não me conformo que nas galerias existam servidores e servidoras que tenham em suas mãos cartazes que apontam 29,01% de defasagem salarial. Isso é um sequestro, isso é uma agressão, isso é um ataque, que, por ter esse sentido e esse significado, precisa sensibilizar cada um e cada uma de nós a

corrigir os erros cometidos até aqui. Volta e meia nos deparamos aqui, discutindo, por exemplo, educação; nós sabemos bem que nos últimos concursos, abertos pela Prefeitura, o número de inscritos e de inscritas tem sido um dos menores da nossa história – isso é consequência do desmonte do plano de carreira, isso é consequência, sem dúvida alguma, do que foi feito com a previdência dos servidores e das servidoras, isso é consequência da desvalorização. Eu ouvi, quando fui da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude desta Casa, uma secretária, um secretário na verdade, foram tantos que às vezes a gente se perde, um secretário dizer que era grave, que era um problema para cidade de Porto Alegre o baixo número de inscritos e de inscritas. Mas para corrigir o problema agora é a hora de tomarmos a decisão adequada. E a decisão adequada passa por reconhecer que não existe cidade que ofereça qualidade de vida e cidade que seja capaz de atender o nosso povo nos momentos mais difíceis que não seja uma cidade que também valorize os nossos servidores e as nossas servidoras. Por isso, não só os companheiros e companheiras do Simpa e dos demais sindicatos, mas todos os servidores e servidoras desta cidade podem contar comigo e com a bancada do PCdoB para que aprovemos essa emenda de caráter popular. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O diretor Luiz Afonso está com a palavra para os apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos à primeira parte dos pregões da Ordem do Dia.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque a Emenda nº 01, e as Emendas de nºs 24 a 30 ao PLE nº 028/24.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 20 e 22 ao PLE nº 028/24.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 37 e 38 ao PLE nº 028/24.

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.^a Vitória Cabreira solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 05 e 07 ao PLE nº 028/24.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Everton Gimenez solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 31 ao PLE nº 028/24.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, eu gostaria de solicitar, conforme acordado com a oposição, para formarmos o bloco das Emendas nº 05, 22, 31, 37 e 38, e um outro bloco da Emenda nº 07 e da Emenda nº 20 ao PLE nº 028/24.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Consulto os líderes se há acordo para a formação dos blocos. Todos concordam? (Pausa.) Coloco em votação

o requerimento da Ver.^a Cláudia Araújo que solicita a formação dos blocos. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o bloco nº 1, composto pelas Emendas nºs 07 e 20 ao PLE nº 028/24.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): É formação do bloco?

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Votação.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Votação, não. Então é nominal. O governo encaminha “não”.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, o bloco composto pelas Emendas nºs 07 e 20, destacadas, ao PLE nº 028/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **REJEITADO** por 10 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Em votação o Bloco nº 02, composto pelas Emendas nºs 05, 22, 31, 37 e 38, destacadas, ao PLE nº 028/24. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, este bloco pode ser por votação simbólica, porque estamos todos de acordo.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação o Bloco nº 02, composto pelas Emendas nºs 05, 22, 31, 37 e 38, destacadas, ao PLE nº 028/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação a Emenda nº 1, destacada, ao PLE nº 028/24. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O governo encaminha “não”.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 01 ao PLE nº 028/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**.

Em votação o PLE nº 028/24 e emendas com parecer favorável da CEFOR e não destacadas. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Agora as aprovadas e o projeto? A orientação é “não” da oposição.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 028/24 e emendas com parecer favorável da CEFOR e não destacadas, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O governo encaminha “não”.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O projeto e as emendas aprovadas, é óbvio que o governo encaminha “sim”, claro.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação nominal, por determinação da presidência, o PLE nº 028/24 e emendas com parecer favorável da CEFOR e não destacadas. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** o PLE nº 028/24 por 22 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos apenas referir as emendas que estão rejeitadas com o parecer da CEFOR. Como o parecer é conclusivo, então elas estão rejeitadas, não há necessidade de serem votadas. Emendas nº 04, 06, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, e 35 ao PLE nº 028/24.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Everton Gimenis manifesta a intenção de votar “sim” na Emenda nº 01. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos ao [PLL nº 270/22](#). Somente votação, porque, na verdade, o projeto em questão já estava com duas emendas votadas, houve queda do quórum na Emenda nº 03. Observamos que as Emendas nos 01 e 02 já haviam sido votadas e houve queda do quórum durante a votação da Emenda nº 03. Então a votação será retomada neste momento na Emenda nº 03.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0541/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 270/22, de autoria da Ver. Airto Ferronato, que inclui arts. 4º-A e 8º-A na Lei nº 10.260, de 28 de setembro de 2007 – que rege o estacionamento temporário de veículos, mediante pagamento, em vias e logradouros públicos de uso comum –, e alterações posteriores, dispensando da cobrança de estacionamento temporário os veículos oficiais ou a serviço das prefeituras do interior do Estado do Rio Grande do Sul, devidamente identificados, que estejam

aguardando pacientes encaminhados pelas secretarias municipais de saúde para consulta, tratamento ou exame médico no Município de Porto Alegre e vedando a aplicação da penalidade de guinchamento de veículos estacionados em um raio de 200 (duzentos) metros de acessos dos hospitais e das clínicas médicas. (SEI 019.00188/2022-00)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02.

Observações:

- Emendas nºs 01 e 02 aprovadas em 18-09-24;
- votação da Emenda nº 03 nula por falta de quórum em 18-09-24;
- incluído na Ordem do Dia em 26-08-24 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação o a Emenda nº 03 ao PLL nº 270/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o PLL nº 270/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 2 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h46min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *